



NOTA TÉCNICA nº. 008/2010/DIVE/SES

Assunto: Estabelece e normatiza a notificação da Leishmaniose Visceral Canina (LVC) para os municípios que compõem o Núcleo Metropolitano da Região da Grande Florianópolis.

Considerando a confirmação dos primeiros casos autóctones de leishmaniose visceral em cães na localidade da Lagoa da Conceição, em Florianópolis, fato este que classifica o município como área de transmissão da doença;

Considerando a proximidade dos municípios que compõem o núcleo metropolitano (São José, Palhoça, Biguaçu, Águas Mornas, Antônio Carlos, Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara, Governador Celso Ramos) com a atual área de risco para a doença;

Considerando que o cão é o principal reservatório urbano da doença e que a enzootia canina precede a ocorrência de casos de leishmaniose visceral em humanos;

Considerando a importância da detecção precoce da ocorrência da infecção canina;

A Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado da Saúde estabelece:

1. Todo caso canino suspeito, atendido por médico veterinário, deverá ser notificado simultaneamente, à DIVE por telefone (48) 3221-8417/3221-8449, ou e-mail: dive@saude.sc.gov.br; e à respectiva Secretaria Municipal de Saúde. No caso do município de Florianópolis, entrar em contato com o CCZ (48) 3338-9004 e/ou email: leishmania.fpolis@gmail.com.

Define-se como caso canino suspeito:

Cão apresentando 3 (três) ou mais dos seguintes sinais clínicos: febre irregular, apatia, emagrecimento, descamação furfurácea em geral no plano nasal, úlceras na pele, alopecia principalmente ao redor dos olhos, orelhas e extremidades, cerato-conjuntivite, crescimento anormal das unhas, diarreia, hemorragia intestinal, linfadenopatia e esplenomegalia.

Com pelo menos 1 (hum) dos seguintes vínculos epidemiológicos:

- Procedência de área enzoótica, endêmica ou de ocorrência de surto em humanos e/ou animais no Brasil ou em outros países;
- Procedência do município de Florianópolis;
- Deslocamento para área enzoótica, endêmica ou de ocorrência de surto em humanos e/ou animais nos últimos 7 (sete) meses;
- Deslocamento para o município de Florianópolis nos últimos 7 (sete) meses;
- Exposição a ambientes de risco (rural, silvestre ou periurbano com presença de mata) sem deslocamento comprovado para as áreas acima descritas;
- Animal com genitora procedente ou com histórico de deslocamento para uma das áreas acima descritas;
- Fêmea que tenha cruzado nos últimos 7 (sete) meses com macho procedente ou com histórico de deslocamento para uma das áreas acima descritas.

2. A confirmação ou descarte do caso suspeito será feito através de sorologia em laboratório público de referência ou em laboratório particular, desde que credenciado pelo Ministério da Saúde.

Os laboratórios públicos de referência, credenciados pelo Ministério da Saúde, para exame laboratorial de cães procedentes do município de Florianópolis é o LAMUF - Laboratório Municipal de Florianópolis e para os demais municípios pertencentes ao Núcleo Metropolitano é o LACEN - Laboratório Central do Estado de SC, cujo material colhido deve ser encaminhado aos laboratórios citados através da sua respectiva Vigilância Epidemiológica ou pelo Centro de Controle de Zoonoses.

No caso do material ser colhido em clínica veterinária, deverá ser coletado, no mínimo 5 ml de sangue, acondicionado em tubo estéril sem anticoagulante, devidamente fechado, identificado (nome do animal, data da coleta), armazenado e transportado sob refrigeração (2 a 8°C).

As amostras deverão estar acompanhadas de ficha de coleta, conforme modelo anexo.

Na situação em que o proprietário do animal suspeito optar por realizar o exame em laboratório particular credenciado, o custo do mesmo será de sua responsabilidade e, neste caso, o médico veterinário responsável deverá repassar à SMS ou ao CCZ o laudo final dos exames. Neste caso, os animais suspeitos que estão aguardando confirmação do diagnóstico, **deverão ser mantidos em suas residências, seguindo as orientações técnicas.**

A partir da confirmação do caso a SMS, em conjunto com a DIVE, desencadeará as ações preconizadas pelo Ministério da Saúde para vigilância da Leishmaniose Visceral.

Florianópolis, 10 de setembro de 2010.



Luis Antonio Silva

Diretor de Vigilância Epidemiológica/SES/SC